

PUBLICADO DOM 13/06/2023
CMDU
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
ATA DA 398ª REUNIÃO ORDINÁRIA
14/05/2025

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, foi realizada a trecentésima nonagésima oitava reunião ordinária programada para 18:30hs, online através da sala virtual, devidamente convocada pelo Diário Oficial do Município e encaminhada aos conselheiros por e-mail, com as seguintes presenças.

ENTIDADES TITULARES

SEGMENTO ECOLÓGICO

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO RESGATE CAMBUÍ

Titular: Teresa Cristina Moura Penteado

SUPLENTE: Maria Cabral

SEGMENTO SINDICAL E DOS TRABALHADORES

SEESP – SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Titular: Samir Musa

SEGMENTO EMPRESARIAL

SINDUSCON-SINDICATO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Titular: Márcio Benvenutti

CIESP CENTRO DAS INDÚSTRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Titular: Gilberto Vicente de Azevedo Júnior

SECOVI -SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO...

Titular: Carina Silva Cury

SEGMENTO MOVIMENTO POPULAR

GRUPO PRÓ URBE – GPU

Suplente: Fabio Silveira Bernilz

SEGMENTO PROFISSIONAL

IAB – INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL

Titular – Alan Silva Cury

AsBEA-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA

Titular: Margaret Rose Hogan

SEGMENTO UNIVERSITÁRIO

PUC PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Titular: Fabio de Almeida Muzetti

UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Titular – Aline Eid Galante

SEGMENTO INSTITUCIONAL

SMPDU – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Suplente: Mirian Lizandra Beltrame de O. Lima

SEMURB – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE URBANISMO

Titular: Marina Calegaro Neco

Às 18:36hs. com o quórum regulamentar estabelecido, o Presidente Fabio de Almeida Muzetti declarou aberta a 398ª Reunião Ordinária, agradecendo a presença de todos. Em seguida procedeu a leitura da Pauta. Sobre o primeiro item, aprovação e votação da ata da 397ª Reunião Ordinária, informou que a ata não estava finalizada e portanto entrará na pauta da próxima reunião. O segundo item, trata de apresentação do Parecer referente ao PLC nº 32/2025, relatora Conselheira Carina Cury. Com a palavra a relatora apresentou o parecer, favorável ao PLC. Após a apresentação o Presidente abriu para manifestação: a Conselheira Mirian Lima comentou que é importante para a questão do clima, incentivar a arborização urbana. O Conselheiro Fábio Bernils comentou que já existe a lei de arborização urbana que poderia ser revista, e que atualmente sofremos com a poda da CPFL que tem sido danosa a vegetação urbana. A Conselheira Tereza Penteado se manifestou que a participação da sociedade civil não acontece, como exemplo o DPJ que não tem autorizado o plantio de mudas pelo movimento Resgate Cambui; alertou que o espaçamento que vem sendo efetuado não está correto, com base na análise de técnicos da área, sendo efetuado cerca de 1 muda por metro quadrado, assim as mudas entrarão em competição e não serão desenvolvidas, e portanto a proposta não foi feita com base em estudos técnicos; solicita também a participação do COMDEMA além do CMDU, comenta que não foi especificado do que se trata a simplificação do licenciamento, e é preciso cuidado para que isso não seja objeto de barganha no licenciamento; e que a criação das microfloreas não pode representar a ausência do cumprimento pela municipalidade das demais normas existentes em calçadas e nas margens de rios e córrego, a municipalidade tem que estudar e estabelecer um cronograma para cumprimento das demais leis que já existem a respeito do plantio de árvore, especialmente a lei nº11.571/03, 6741/91 e etc. A Arborização urbana traz mais efeito e maior colaboração ao clima do que a microfloresta, nós temos que arborizar a cidade e não inventar;

Quando as podas da CPFL informou que existe uma ação civil pública sobre o tema, que a prefeitura dá um cheque em branco a CPFL, que não precisa solicitar autorização e nem apresentar relatório do que é feito e não tem como solicitar informações por não ser poda da prefeitura. O conselheiro Fabio Muzzetti comentou que é importante retomar a legislações existentes, que após a aprovação aguardamos a regulamentação que as vezes pode levar tempo como comentado. Após discussão foram incorporadas as sugestões propostas no parecer, sendo votado e aprovado por unanimidade. O terceiro item, trata de apresentação do Parecer referente ao PLC nº 42/2025, relator Conselheiro Fábio Muzetti. Com a palavra o relator apresentou o parecer, desfavorável ao PLC. Após a explanação abriu a palavra para manifestações, houve comentários que seria uma questão do ente privado a criação de apoio aos trabalhadores que atuam com entrega, não cabendo ao poder público; que a garantia dos direitos desses trabalhadores deve ser observado por legislação própria como a trabalhista ou regulamentação do serviço de entregas; podendo ser criada regra para que as empresas sejam responsáveis pela criação desses espaços. Após discussão, o Presidente pôs em votação, resultando em sua aprovação por unanimidade. O quarto item, sobre a formação de comissão do PLC nº26/2025, foi discutido e entendeu-se que o tema não se trata de atribuição do CMDU. O Presidente abriu para informes dos Conselheiros, não havendo manifestação agradeceu a presença de todos e, nada mais havendo a tratar, o **Presidente Fábio Muzetti**, encerrou a reunião às 19:45hs. E eu, Mirian Lizandra Beltrame de Oliveira Lima, lavrei a presente ata.